



GT – “Número”: “Título do GT”

TÍTULO DO TRABALHO

Subtítulo do Trabalho (se houver)

Autor(Carlos Eduardo Oguri Dappes):
Filiação institucional:UERJ-FFP
E-mail:kadudappesuff@gmail.com

Autor(02 - **se houver**):
Filiação institucional:
E-mail:

(ATENÇÃO: Não se identifique na primeira submissão)

RESUMO: A ocupação Mariana Crioula, fruto de uma ocupação realizada em 2008, na Gamboa, região portuária do Rio de Janeiro, é organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia e em 2013 teve seus projetos arquitetônicos e urbanísticos aprovados pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. De 2013 até 2024, a ocupação completou onze anos de luta pela permanência no território e pelo acesso aos recursos do programa, nesses anos de luta, o conflito entre a ocupação e o Estado capitalista, teve como consequência mudanças na territorialidade da ocupação, assim como nas estratégias de luta. O objetivo deste trabalho, tem como foco analisar como as diferentes ações, diretas e indiretas, do Estado capitalista que modificam a espacialidade da ocupação, promovendo novos aliados e outras práticas socioespaciais. Para viabilizar a pesquisa, realizou-se levantamento bibliográfico em livros, artigos e jornais, assim como a ida às ocupações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e conversas informais com as lideranças.

Palavras-chave: Território; Conflito; Movimento Social

1. INTRODUÇÃO

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) foi fundado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia. O movimento começou a ser formado a partir da efervescência da luta pela moradia e regularização dos terrenos ocupados durante a década de 80 nos grandes centros urbanos. Movimento esse que ganhou força social e política a partir do processo de êxodo rural e pelo processo de abertura política iniciado na década de

80. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve papel decisivo na organização do MNLM e de outros movimentos sociais como a Central de Movimentos Populares (CMP), entre outros movimentos de luta pela moradia (MELLO, 2015).

Atualmente, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia está organizado em 20 estados brasileiros e tem como objetivo garantir moradia digna para os trabalhadores, além de fomentar o debate sobre a reforma urbana no Brasil. Portanto, o movimento baseia seu discurso crítico no valor de troca da moradia e dos espaços urbanos que produzem segregação e afeta todos os níveis de serviços públicos como transporte, educação e saúde.

No cenário estadual, o MNLM-RJ começou a realizar ocupações na cidade do Rio de Janeiro a partir do contexto nacional de desmobilização do governo federal com as reivindicações dos movimentos populares urbanos nas Conferências Nacionais das Cidades I e II. O MNLM-RJ decidiu não enviar delegados ao terceiro encontro e passou a organizar a base social para ocupar imóveis abandonados no centro do Rio de Janeiro.

Este giro político do movimento - não que o MNLM-RJ em algum momento tenha deixado de lado as mobilizações de rua - foi realizado a partir de acúmulos estratégicos dos integrantes. Alguns desses pontos são: a prioridade de imóveis públicos para a ocupação, preferência pelos centros urbanos que possuem mais infraestrutura e a ênfase na autogestão do território.

Após algumas ocupações no centro da cidade, muita repressão pela Polícia Militar chancelada pelo judiciário e muita luta para conquistar o direito de permanecer nessas ocupações, o MNLM-RJ ocupou o imóvel do INSS na rua Alcindo Guanabara, no dia vinte e oito de outubro de 2007. Mesmo com a ocupação, o movimento precisou lutar e negociar durante quatro anos para o imóvel ser destinado para a habitação social. Todo o processo de conquista do espaço para a moradia demandou a organização coletiva do espaço pelos moradores enfrentando a escassez de recursos financeiros e materiais no edifício.

Em 2007, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio de Janeiro (MNLM-RJ) passou a organizar famílias em situação vulnerável para ocupar um galpão abandonado na Gamboa, na zona portuária do Rio de Janeiro, o mesmo pertencia a União, mais especificamente à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A ocupação foi concretizada em 2008 e nomeada Mariana Crioula, após o primeiro período de instabilidade, o coletivo conseguiu em 2010 da SPU a concessão do direito real de uso das estruturas do imóvel. No mesmo ano, o movimento conseguiu a inclusão da Mariana Crioula no programa de produção

social de moradia digna do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), mas não houve a continuidade do programa. Em 2013, a ocupação Mariana Crioula conseguiu a inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), modalidade do Minha Casa Minha Vida original que permite condições de participação direta dos movimentos populares na construção das moradias.

Segundo as lideranças do MNLM-RJ, a participação no edital do PMCMV contava com duas fases, sendo a primeira a elaboração de projetos e a segunda, a execução da obra. O projeto arquitetônico foi aprovado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica. Além dos dois órgãos, o projeto elaborado por um grupo de arquitetos e urbanistas do qual faz parte o arquiteto e militante do MNLM Lucas Faulhaber, foi aprovado pela própria SPU. Diante disso, na primeira fase começam alguns problemas na relação entre o movimento e a SPU, foi sinalizado ao MNLM-RJ que a fachada¹ e o telhado teriam que ser reformados, mas o governo federal nunca liberou os recursos necessários para que as obras fossem realizadas. Pode-se dizer, que o principal conflito do longo período de espera para o início das obras na Mariana Crioula girou em torno de exigências da SPU e a não liberação de recursos por parte do Estado. Conflito este, tem como momento de eclosão o ano de 2013, com a inclusão da ocupação no PMCMV-E e todo o quadro de exigências e não retorno da SPU com o MNLM. Com isso, entende-se como protagonista do conflito o Estado em suas diferentes formas-aparelhos.

Alguns motivos nos levam a crer, que o grande tempo de espera tenha sido causado pelas crises políticas e econômicas do país a partir de 2013 até 2016. A partir de 2016, abriu-se um período de diminuição dos diálogos entre o movimento popular e o governo federal. Este espaço de diálogo, de uma forma ou de outra, foi reaberta com a eleição do Lula em 2022. Cabe citar aqui, o fato de o MNLM-RJ só ter conseguido a assinatura definitiva do contrato com a Caixa Econômica em 2024, um ano após a volta dos diálogos.

Este trabalho, tem como objetivo compreender como as ações do Estado burguês atuam para desmobilizar a Mariana Crioula e influenciam na territorialidade² e na espacialidade da ocupação, mobilizando novas estratégias e alianças. Para a viabilidade da

¹ Descobriu-se em 2024, que os recursos para a reforma da fachada estavam na posse da Caixa Econômica.

² Para Rafael Almeida (2011), a territorialidade está ligada à organização interna do território. Para Almeida (2011, p. 2) a territorialidade “organiza a diferença; dispersa, concentra e aloca vetores de poder no espaço; reorganiza funções e inscreve no espaço os condicionamentos e regulações que atuam sobre os fluxos da atividade social.”

pesquisa, foi necessário levantamento bibliográfico e trabalho de campo em duas ocupações do MNLM-RJ, a Manoel Congo e a Mariana Crioula.

A estrutura deste artigo, divide-se em uma parte teórica, contextualizado as operações urbanísticas realizadas na região em que a Mariana Crioula se localiza. Assim como as mudanças qualitativas – no sentido do uso - da zona portuária ao longo da história. A parte final, contará com as ações do Estado para a desestabilização da Mariana Crioula, assim como algumas estratégias utilizadas para superar os obstáculos impostos pelo Estado.

2. A PEQUENA ÁFRICA: entre resistências e apropriações

A produção do espaço urbano, na atual fase do capitalismo, ganha mais importância para a reprodução de capital e das relações sociais hegemônicas. O processo de financeirização da economia, por conseguinte a financeirização da terra, ampliou uma das principais contradições do capitalismo, a transformação da terra em mercadoria. Essa transformação, segundo Lefebvre (1972), ampliou as contradições do capital, na medida em que separou o camponês da terra e o obrigou a ir para as cidades, aumentando assim, a destruição da natureza inerente à própria condição de existência desse modo de produção. Ainda referente aos problemas da transformação da terra em valor de troca, há também, uma contradição em relação a (re)produção das mercadorias, a terra não é passível deste processo e, em certo grau, a força de trabalho especializada também tem um certo limite quanto à sua (re)produção.

A cidade urbana, ao mesmo tempo que confere essa contradição ao capitalismo, emprega outra dinâmica de valorização da terra. Antes, de maneira sintética, a terra era vista como uma mercadoria que geraria rendas a partir da propriedade privada e da especulação realizada sobre ela, sendo o preço da terra realizado pelas vantagens de localização para a produção (VOLOCHKO, 2015, p. 99). Aderida à dinâmica urbana, a terra deixa de ser um mero meio de produção, e passa a ser produzida e reproduzida socialmente (CARLOS apud VOLOCHKO, 2015).

A terra transforma-se em espaço social (LEFEBVRE, 1972; 2004; 2006; 2008), fruto do trabalho social e do acúmulo desigual deste trabalho (VOLOCHKO, 2015, p. 100). Para exemplificar essa dinâmica de valorização do espaço social, Volochko (2015, p. 100) sintetiza da seguinte maneira:

A mercadoria espaço é, portanto, produzida histórica e socialmente e seu valor de troca é determinado pela constante possibilidade de transformação do seu valor de uso, de construção/destruição/reconstrução dos imóveis e infraestruturas.

Nesse contexto, pode-se pensar nas particularidades brasileiras da estrutura fundiária, um histórico de mercantilização e monopólio da terra. Antes mesmo do fim da abolição, o primeiro ataque aos trabalhadores escravizados, pequenos comerciantes e trabalhadores em geral, foi a Lei de Terra de 1850, definindo como única possibilidade de aquisição de terras no país a compra e a venda. A possibilidade da posse, enquanto uma relação entre o indivíduo e a terra (BALDEZ apud FREITAS, 2009), foi excluída e criou-se uma cerca jurídica da terra (FREITAS, 2009, p. 35).

O centro do Rio de Janeiro é o berço da ocupação da cidade, das transformações urbanísticas mais radicais e do tráfico das pessoas negras escravizadas vindas de África. As populações escravizadas, viviam adensadas nas freguesias de Santana e Santa Rita, atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa – bairro da Mariana Crioula (ABREU, 1997, p. 37). Essa região, é chamada de Pequena África e abriga algumas paisagens que hoje em dia são reconhecidas como patrimônio histórico da cultura afro-brasileira como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal e o Cemitério dos Pretos Novos.

Marcado pelos regimes de acumulação do capital, a zona portuária serviu do trabalho escravo aos novos processos de acumulação pela reprodução do espaço urbano. Para Abreu (1997), a Reforma Passos³ marca a primeira grande intervenção direta do Estado no espaço urbano. Durante os anos marcados pelo capitalismo industrial a região portuária foi marcada pelo trabalho dos estivadores, em sua grande maioria, negros e moradores de cortiços da região ou expulsos pelo processo de remoção.

Além das intervenções urbanas, o século XX foi marcado pelos debates políticos e econômicos, onde até os anos setenta, predominava uma visão desenvolvimentista, no

³ Reforma realiza no Rio de Janeiro entre os anos de 1902-1906, pelo prefeito Pereira Passos, com inspiração nas reformas parisienses. Abriu avenidas e como consequência houve muitas remoções.

debate político da esquerda e de certa forma da direita, principalmente dos setores militares que assumiram o controle do país. Esse debate influenciou nas políticas relacionadas à questão da moradia. Essa lógica assumiu em certo período, a produção de grandes conjuntos habitacionais através do Banco Nacional de Habitação ⁴(BNH), em uma relação de exclusão das classes trabalhadoras das zonas centrais da cidade para a periferia, sem acesso aos direitos básicos e às grandes infraestruturas urbanas.

Mesmo na função de mover as classes trabalhadoras em um sentido centro-periferia e assumir uma função de transferência de recursos para a iniciativa privada, após recebê-los do também recém-criado Sistema Financeiro de Habitação (SFH), transferia os recursos às médias empresas.

Com o fim do dinamismo e o declínio da lucratividade do modelo fordista de acumulação, as políticas públicas e mecanismos que sustentavam o aparato estatal em diversos setores da vida social, levaram os Estados a implementarem uma política financeira que privilegiasse o setor improdutivo da economia. Essas mudanças levaram a um processo de desindustrialização e desemprego em massa (ROLNIK, 2019). Este processo atingiu o setor imobiliário, desmobilizando o aparato produtivo público de moradias e dando estímulos à compra da casa própria e ao setor privado, a partir dos créditos de subprime (ROLNIK, 2019).

No Brasil, Rolnik (2019) aponta que esse modelo de hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, começa a tomar conta do setor produtivo das moradias e das políticas urbanas das décadas de 1980 e 1990. É preciso deixar claro, que o desenvolvimentismo brasileiro nas décadas anteriores não foi acompanhado do Estado de bem-estar social. Esta transição de modelos produtivos marca a passagem para um período neoliberal com discurso hegemônico de encurtamento dos gastos públicos e das empresas públicas (ROLNIK, 2019).

Ainda mais específico no que marca uma transição para um modelo de financeirização da produção das moradias no Brasil, Shimbo (2016), coloca como divisor de águas o Programa Carta de Crédito, criado em 1995 e que possibilitou as incorporadoras captarem recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para a produção de unidades habitacionais.

⁴ Criado em 1964 com o objetivo de fomentar a produção de moradia social

O período que intensifica a financeirização da produção de moradia no Brasil coincide com o período dos maiores avanços políticos e sociais. O processo de redemocratização possibilitou a participação ativa dos novos movimentos sociais rurais e urbanos na construção da nova constituição de 1988 - com seus avanços e limites. Tornou possível o reconhecimento da função social da propriedade e da cidade, assim como a participação da população nos processos decisórios das políticas urbanas e rurais (ROLNIK, 2019). Ainda no bojo dessas conquistas, no início do século XXI foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257), que contém mecanismos importantes de regularização fundiária e promoção de zonas de interesse social (ZEIS) (ROLNIK, 2019).

A luta e pressão dos movimentos sociais fez com que o Governo Federal criasse em 2004 o Programa Crédito Solidário - direcionado para a autogestão da habitação - e em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que obteria os recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (MELLO, 2015). Com a crise do capitalismo em 2008, o governo brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e por este mecanismo criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Com novo movimento de insatisfação das classes populares organizadas, o governo criou um braço do PMCMV voltado para a autogestão na versão Entidades (PMCMV-E) (MELLO, 2015).

No Rio de Janeiro, a partir da década de 90 surgiu o novo Plano Estratégico, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e conselheiros do sistema financeiro internacional, e serviu como instrumento para colocar o Rio de Janeiro no roteiro dos fluxos de capitais internacionais, subordinando o espaço urbano da cidade ao capital estrangeiro e às grandes construtoras e incorporadoras multinacionais e nacionais.

Desde 2009, a zona portuária da cidade faz parte de um projeto de revitalização urbana com o objetivo de atrair capitais em uma área descrita pelos grandes meios de comunicação hegemônicos como obsoleta. O chamado Projeto Porto Maravilha (PPM) está inserido em uma Operação Urbana Consorciada (OUC) e tem como objetivo atrair investimentos empresariais e novos moradores para a região. O processo de atração econômica do projeto trata de tornar o controle fundiário e construtivo dos terrenos do local em ativos financeiros, os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), com o valor variável de acordo com o mercado. A região onde o PPM foi inserido, além de

importante para a economia da cidade desde o início da ocupação urbana, com atividades econômicas ligadas ao porto, é uma região simbólica para a população descendente de povos africanos escravizados.

A região do PPM, como já foi citado anteriormente, é uma região que passou por transformações na tríade que Lefebvre (2001, p. 110) aponta como fundamental para compreender analiticamente o urbano, sua estrutura, forma e função, sem dissociar uma da outra. Ao dissociar, não é possível compreender o todo, sem compreender o todo, é possível vender através de uma ideologia, de uma máscara. É o que acontece com os projetos de revitalização das áreas centrais, vende-se essas grandes intervenções urbanísticas como modernizadoras daquele espaço, antes abandonado, ocupado pela marginalidade.

Outra característica que marca esse processo é a apropriação do capital simbólico e cultural por parte das grandes corporações e empresas. Mas segundo Harvey (2024, p.188), essa apropriação, inclusive no caso da Pequena África, dá-se em uma articulação entre diferentes agentes sociais. Harvey (2014), utiliza o termo empreendedorismo urbano para, em primeiro lugar, denominar uma prática de racionalidade neoliberal, onde cada vez mais, o Estado, em sua esfera nacional, desiste de regular ou ser o único agente de decisão da (re)produção do espaço urbano, para dar lugar aos outros agentes, como esferas municipais, ongs, corporações de maneira articulada. O autor (2014, p. 189), também aponta para o erro de entender a globalização como um processo que determina o desenvolvimento local, e sim um processo que incorpora diferentes escalas e visa a combinação de forças para criar rendas de monopólio.

Quanto ao capital simbólico e cultural, Harvey (2014, p. 192), aponta o termo capital simbólico e coletivo, onde o objetivo é criar uma marca para a cidade, com o intuito de criar um mercado a partir desse capital. Pensar na Pequena África como um capital simbólico, cultural e coletivo, do qual os interesses da pequena burguesia local e grandes corporações são atendidos com a intensificação do turismo em cima da história do povo preto. Gera um movimento paradoxal, ao mesmo tempo em que esse povo preto, segue afastado de espaços que valorizaram e tornaram-se inviáveis economicamente para as classes trabalhadoras.

A ocupação Mariana Crioula traz em seu nome, a herança desse capital simbólico e coletivo que não foi apropriado pelas classes dominantes. Mariana Crioula foi uma mulher negra líder quilombola, brutalmente assassinada. O movimento popular de luta pela moradia contesta e ao resistir nesse local, apresenta uma outra forma de viver e produzir espaço.

3. O tempo de espera e a desmobilização: a luta é para além da moradia

Em 2013, a Mariana Crioula conseguiu assinar o contrato de assistência técnica com a Caixa Econômica Federal. Até 2016, mesmo com as dificuldades e a não liberação dos recursos para o início da obra, ainda havia diálogo entre o MNLM e a Caixa. A partir do golpe na presidente Dilma, os diálogos com a Caixa e com o governo federal foram reduzindo gradativamente, até a eleição do Jair Bolsonaro em 2018, acabando de vez com as negociações em torno dos recursos.

Figura 1 Fachada da Mariana Crioula



Fonte: MNLM – RJ. Disponível em: <http://mnlmrj.blogspot.com/p/ocupacoes.html>

Durante o processo de espera, a principal dificuldade dos moradores, foi manter a esperança das famílias, que pouco a pouco foram se desmobilizando, algumas pessoas faleceram antes de realizar o sonho de ter uma moradia digna. Além das ações do Estado, para desestabilizar a ocupação, houve alguns conflitos com a população em situação de rua do entorno e alguns problemas com agentes às margens do Estado.

Há, durante o processo de pesquisa, a constatação, a partir de conversas com as lideranças, de que diferentes ações do Estado, refletiam em práticas socioespaciais bastante distintas umas das outras. Em momentos de maior diálogo, a Mariana Crioula realizava atividades em uma noção mais zonal. Em outros momentos, de maior distanciamento entre as duas partes, as ações efetuadas pelo movimento tinham um caráter mais reticular (GRANDI, 2023, p. 305).

É importante entender, que as escalas são vistas aqui enquanto categoria da prática, são socialmente construídas a partir das ações coletivas dos movimentos populares (GRANDI, 2019). O que significa práticas socioespaciais zonais e reticulares? Na realidade, não existe práticas apenas zonais ou apenas reticulares, há uma interconexão escalar entre os processos sociais. O uso do zonal e reticular aqui, serve para que haja um referencial teórico que de alguma forma, consiga dissociar as atividades no território da ocupação das atividades realizadas fora do território.

Figura 2 Obra sendo realizada na Mariana Crioula



Fonte: arquivo pessoal do autor (2024)

Quanto ao Estado, as principais ações para desestabilização da ocupação foram paralisação do processo de liberação das verbas via Caixa Econômica Federal. Uma vez que o

contrato da assessoria técnica já tinha sido assinado. Essa assinatura só se realizou após todos os projetos serem aprovados pelo próprio órgão federal. Assim como as cobranças da Superintendência de Patrimônio da União (SPU), que mesmo sem a Caixa liberar os recursos para as obras, a SPU cobrou o MNLM para realizar as reformas, ameaçando ilegalmente com a retirada da Concessão Real do Direito de Uso (CDRU) da Mariana Crioula.

Outra ação do Estado contra a ocupação foi a retenção do dinheiro para a reforma da fachada do imóvel, que não pode ser modificada, por se tratar de um imóvel tombado do século XVIII. A Caixa Econômica Federal, segundo as lideranças, congelou uma quantia considerável para a reforma da fachada, e até após a assinatura do contrato da obra, em 2024, ainda não liberou o recurso da fachada. Neste caso, um ato do movimento para a sede da Caixa Econômica no Rio de Janeiro já está marcado.

Há uma outra face das práticas socioespaciais da ocupação, os momentos mais descontraídos, como as festas, lanches compartilhados, formação teórica e outros eventos criam laços afetivos e de solidariedade entre as famílias, visto que a maior parte das pessoas que se aproximaram ou reaproximaram do movimento em 2023, não estão morando na Mariana. Já foram realizadas algumas festas juninas na Mariana Crioula. As formações, além do papel de formar teoricamente, cumpre o papel de ressaltar o coletivo, ressaltar que a luta não é apenas pela moradia, mas que é pela mudança da sociedade.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia deixa claro, às famílias que estão sendo organizadas para morar na Mariana Crioula, que aquela escolha é uma mudança de vida radical. Desde o habitar em coletivo para a continuidade da luta após a casa ficar pronta. As argumentações partem do pressuposto de que todos ali são trabalhadores, portanto pertencem a mesma classe social e as conquistas dessa classe social só são garantidas com luta e organização. Antes de assinar com a Caixa, as famílias que se reorganizaram no MNLM-RJ para morar na Mariana Crioula, montaram uma escala de vigia na ocupação. Todas as famílias, tinham que se revezar para dormir um dia na semana na Mariana.

A partir da reorganização dos futuros moradores da Mariana Crioula e da assinatura do contrato de obra com a Caixa, as necessidades de mobilização continuaram, houve a montagem de uma comissão de obra, entre os futuros moradores e as lideranças da ocupação. Essa comissão fiscaliza as obras e realiza reuniões periódicas com a empresa de engenharia e

os arquitetos contratados e parceiros. Além disso, algumas pessoas continuam indo dormir por conta própria na ocupação.

Organizativamente, também há uma lógica reticular, onde os núcleos responsáveis pelos projetos arquitetônicos da obra se reúnem em certa periodicidade. Dentro desses núcleos, há espaços para a resolução de problemas no projeto, assim como há espaços para o diálogo com as empresas contratadas para a obra, e tem o espaço de formação técnica, para quem quiser aprender sobre projetos e leitura de plantas.

Portanto, durante todo o processo de espera, as ações do Estado modificaram as relações internas e externas do movimento. Quando a SPU cobrava pelas obras sem o recurso, o movimento se mobilizava para realizar atividades no território da ocupação, uma forma de legitimar a ocupação e diminuir o risco da acusação de abandono do terreno. Assim como o movimento teve como contar com a ajuda dos aliados que durante suas trajetórias de luta, encontraram o movimento e tornaram-se parceiros. Alguns desses parceiros do movimento acabaram entrando nos aparelhos do Estado. No caso da Mariana Crioula, tiveram parceiros atuando na Secretaria Municipal de Habitação (SMH), na Procuradoria da República, no Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ) e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se aqui, que o processo de territorialização da ocupação Mariana Crioula e seu longo período de resistência frente às dificuldades impostas pelo Estado, seus poderes e seus aparelhos, concretiza um caso de luta e de reapropriação de um espaço que foi construído socialmente pelos povos pretos escravizados e que historicamente vem sendo apropriado pelas classes dominantes. Trata-se de um processo de valorização do espaço urbano e reprodução desse espaço para gerar lucro e mais-valia.

Enquanto esse processo acontece nas áreas mais valorizadas pela especulação imobiliária, as políticas públicas voltadas para moradia são na realidade, políticas para incorporar mais pessoas à lógica da financeirização e dar rotatividade ao capital imobiliário diversificando os negócios das incorporadoras.

Além da Mariana Crioula como um sujeito coletivo que subverte a ordem estabelecida de produção e reprodução do espaço e das relações sociais na Pequena África, e ainda se apropria de maneira orgânica do capital simbólico, cultural e coletivo da região, há a questão da importância escalar das práticas socioespaciais. A forma como cada ação do Estado influencia na dimensão escalar das práticas realizadas na ocupação é muito interessante, pois reafirma a escala enquanto dimensão da prática social.

Além da superação das dificuldades impostas pelo Estado e seus aparelhos administrativos, as práticas socioespaciais podem, ao produzirem sua escala na própria prática, ser consideradas processos multi-trans-escalares (SANTOS, 2011). Não necessariamente se sobrepõe umas as outras.

As práticas socioespaciais, para além de dar respostas aos problemas externos e internos à ocupação, também fortalecem os laços afetivos dos moradores. A ocupação também produz o pensar coletivo, o viver em comunidade.

Portanto, é importante considerar as escalas geográficas como categoria da prática socioespacial que dá sentido para os sujeitos que ocupam, dos processos de produção do espaço urbano referentes às outras escalas de ações e fluxos (GRANDI, 2023). Há também, a conformação da subjetividade dos sujeitos ocupantes, a partir das práticas internas, das convivências e novas relações sociais mediadas pelos protagonistas do movimento (GRANDI, 2023). Nesse processo de compreensão e conformação de subjetividade, há uma interferência na consolidação das faces zonais e reticulares da ocupação.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997. 147 p.
- Almeida, R. G. (2011): **A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: Campos, territórios e redes**. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 349-369, fev. 2020
- FREITAS, Emmanuel Oguri. **A CERCA JURIDICA DA TERRA**. Disponível em: <www.conped.org/manaus/arquivo>. Acesso em: 01 set. 2009.
- GRANDI, Matheus da Silveira. **Escala e geografia: politização da escala geográfica e luta no movimento dos sem-teto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.
- GRANDI, Matheus da Silveira. **Escalas geográficas, escalarização e práticas sócio-espaciais cotidianas no movimento dos sem-teto**. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Catia Antonia da. **Metrópole e crise societária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- MELLO, Irene de Queiroz. **Trajetórias, cotidianos e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. 1. Ed. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2015. 210 p.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 456 p.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a espacialidade (s) da ação social** - 1.ed - Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 350p.
- SHIMBO, Lúcia. **Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil**. *Novos Estudos - Cebrap*, [S.L.], v. 35, n. 02, p. 118-133, jul. 2016.

VOLOCHKO, Danilo. A Moradia como Negócio e a Valorização do Espaço Urbano Metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 97-120.